2.ª

A adjudicação referir-se-ha somente á area de terreno sobre que não haja sido interposto impedimento pelas autoridades ultramarinas, ou reclamações de particulares cujo processo demonstre não terem fundamento, ficando o adjudicatario obrigado a adquirir, pelo preço da adjudicação, as parcelas de terreno que forem objecto de reclamações não fundamentadas.

3.ª

Os emphyteutas ficam obrigados ao cumprimento, na parte que lhes diz respeito, da carta de lei de 9 de maio de 1901 e regulamento geral provisorio de 2 de setembro do mesmo anno, na parte não alterada pelas instruções provisórias approvadas por decreto de 30 de outubro de 1902, d'estas mesmas instruções e do disposto no decreto de 27 de novembro de 1902.

Direcção Geral das Colonias, em 13 de fevereiro de 1911.—O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

Direcção dos Caminhos de Ferro das Colonias

Nos termos do artigo 2.º do contrato de 28 de novembro de 1902 e do artigo 25.º dos estatutos approvados por decreto de 25 de maio de 1903:

Hei por bem nomear Fausto Guedes Teixeira, administrador por parte do Governo na Companhia do Caminho de Ferro de Benguela.

Paços do Governo da Republica, em 13 de fevereiro de 1911.—O Ministro da Marinha e Colonias, *Amaro de Azevedo Gomes*.

Despachos effectuados na data abaixo designada

Por portaria de 9 do corrente mês:

Armando Ferreira da Costa Pereira Junior, factor-telegraphista de 2.ª classe dos caminhos de ferro de Lourenço Marques — concedidos cento e vinte dias de licença para continuar o tratamento. (Tem a pagar emolumentos e respectivos addicionaes).

Direcção dos Caminhos de Ferro das Colonias, em 15 de fevereiro de 1911.—O Director, *Arnaldo de Novas Guedes Rebelo*.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica, e com fundamento na alinea (f) do artigo 34.º, da carta de lei de 9 de setembro de 1908, se decretou o seguinte: é aberto no Ministerio das Finanças, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Publica, a favor do Ministerio da Marinha e Colonias (Direcção Geral da Marinha) um credito especial de 13:214\$226 réis para, respectivamente, reforçar com as quantias de 8:870\$949 réis e 4:343\$277 réis as secções 1.ª e 2.ª do capitulo 5.º, artigo 21.º da tabella da despesa ordinaria de marinha, do anno economico de

1909-1910, mandada vigorar provisoriamente no corrente anno economico de 1910-1911, por portaria de 28 de junho de 1910, importancia que, nos termos do artigo 18.º da citada carta de lei, deu entrada no Banco de Portugal nos meses de outubro, novembro e dezembro do anno findo, pelas guias n.ºs 35, 40, 44, 54 e 60; recibos do mesmo Banco, n.ºs 3:252, 5:285, 5:304, 5:522 e 5:862, proveniente de receitas obtidas pelo Arsenal da Marinha e Cordoaria Nacional, com a cedencia feita a diversos de artigos manufacturados nestas fabricas, e que se torna indispensavel para compra de outro material.

O Tribunal de Contas julgou este credito nos termos de ser decretado.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 15 de fevereiro de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Afonso Costa*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Bernardino Machado*—*Manuel de Brito Camacho*.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Repartição do Expediente

Nesta data é enviada á Caixa Geral de Depositos, para ser entregue a quem de direito, a quantia de 112\$980 réis, que pertence ao espolio de Adolfo da Silva Martins e enviado pelo Consul de Portugal em Iquitos.

O que se faz publico para conhecimento das pessoas a quem possa interessar.

Gabinete do Ministro, em 14 de fevereiro de 1911.—O Ministro Plenipotenciario, Chefe do Gabinete, *Pedro de Castello Branco (Barão de S. Pedro)*.

Direcção Geral dos Negocios Commercias e Consulares

2.ª Repartição

Movimento do pessoal consular português

Brasil

Maranhão — Em 30 de dezembro de 1910 reassumiu as funções do seu cargo o consul, *Joaquim Francisco dos Santos*.

Gran-Bretanha

Aden — Em 16 de janeiro de 1911 ausentou-se o consul, ficando a gerencia do consulado a cargo de *Kaikabad Cowasgée Diushaw*.

Italia

Porto Mauricio — Em 20 de janeiro de 1911 constou haver fallecido o vice-consul *Joseph Lupi*.

Direcção Geral das Obras Publicas e Minas

Repartição de Obras Publicas

Mapa das receitas eventuaes que no mês de setembro de 1910 fizeram arrecadar no cofre do Thesouro os estabelecimentos dependentes d'esta Direcção Geral.

Direcções	Emolumentos de licenças para construcções	Venda ambulante e em kiosques	Abertura de portas e alterações de fachadas	Encanamento de aguas	Construcção de casas e outras construcções	Vedação de terrenos	Aluguer de leito de estradas em construcções urbanas	Diversas receitas eventuaes	Transgressões	Arrematação de frutos de arvores	Limpeza de arvores	Venda de arvores e herbagens	Venda de madeira velha	Venda de ferramentas e materias de construcção	Receitas avulsas não classificadas	Total
Vianna do Castello	—	—	—	3\$538	3\$538	17\$690	—	—	2\$522	—	—	—	—	—	—	27\$288
Braga	—	—	—	—	3\$538	10\$684	—	—	16\$406	—	—	—	—	—	—	30\$628
Porto	—	—	3\$538	7\$146	46\$069	24\$886	—	—	5\$044	—	—	65\$020	—	—	—	151\$653
Villa Real	—	—	—	—	10\$688	—	—	—	13\$994	—	—	—	—	—	—	24\$682
Bragança	—	—	—	—	—	—	—	—	2\$524	—	—	—	—	—	—	2\$524
Aveiro	—	—	3\$608	7\$216	36\$080	3\$608	—	—	6\$312	—	—	62\$600	—	—	—	119\$424
Viseu	—	—	—	3\$638	25\$466	7\$216	—	—	8\$532	11\$000	—	22\$000	—	—	—	77\$852
Guarda	18\$040	—	—	—	—	—	—	—	12\$610	—	—	—	11\$600	—	—	42\$250
Coimbra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Castello Branco	—	—	—	—	3\$608	3\$608	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Leiria	24\$766	—	—	—	—	—	—	—	1\$261	1\$520	—	38\$500	—	—	6\$200	45\$716
Santarem	18\$040	—	—	—	—	—	—	—	8\$652	—	—	23\$500	—	—	—	57\$247
Lisboa (1.ª)	10\$684	31\$200	—	10\$614	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	41\$124
Lisboa (2.ª)	—	—	—	—	18\$040	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	52\$498
Lisboa (3.ª)	7\$146	—	—	—	7\$146	—	—	—	8\$774	—	—	—	—	—	—	18\$040
Portalegre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	23\$066
Evora	7\$216	—	—	—	—	—	—	—	18\$908	—	33\$000	7\$000	—	—	—	23\$066
Beja	7\$076	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15\$000
Faro	24\$906	—	—	—	—	—	—	—	2\$404	—	16\$470	—	4\$000	—	—	29\$517
Museu Ethnologico Portuguez	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1.ª Secção dos Servicos Fluviaes e Maritimos	10\$620	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10\$620
Total	128\$494	31\$200	7\$146	32\$152	168\$605	71\$180	—	—	107\$938	12\$520	49\$470	218\$620	17\$100	—	6\$200	850\$625

1.ª Repartição da Direcção Geral de Obras Publicas e Minas, em 30 de janeiro de 1911.—O Chefe da Repartição, *João da Costa Couraça*.

Repartição de Caminhos de Ferro

Tendo a Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes submettido á approvação superior o projecto de reparação da ponte sobre o rio Ceira ao kilometro 10,420 do caminho de ferro de Coimbra a Lousã: ha por bem o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, conformando-se com o parecer do Conselho Superior das Obras Publicas e Minas, datado de 26 de janeiro findo, approvar o referido projecto.

O que se comunica ao director fiscal de exploração

de caminhos de ferro para seu conhecimento e devidos effectos.

Paços do Governo da Republica, em 14 de fevereiro de 1911.—O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.

Para o director fiscal da exploração dos caminhos de ferro.

Repartição de Minas

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, nos termos do artigo 42.º do

Russia
Kiew — Em 6 de janeiro de 1911 ausentou-se o consul, ficando a gerencia do consulado a cargo de *Alfredo Rauser*.

Movimento do pessoal consular estrangeiro

Belgica

Loanda — Em 4 de janeiro de 1911, concedido o *Exequatur* á nomeação de *P. A. G. Tonet* para consul.

Gran-Bretanha

Loanda — Em 17 de janeiro de 1911 foi reconhecido *Robert Towusend Smallhones* como vice-consul.

Direcção Geral dos Negocios Commercias e Consulares, em 15 de fevereiro de 1911.—*A. F. Rodrigues Lima*.

MINISTERIO DO FOMENTO

Por ter saído com inexactidões no *Diario do Governo* n.º 36, de 14 de fevereiro, novamente se publica o seguinte decreto:

Tendo sido ratificado e confirmado em 8 de agosto de 1901 o acto addicional, assinado em Bruxellas aos 14 de dezembro de 1900, modificativo da Convenção de 20 de março de 1883 e do protocollo de encerramento da mesma; tornando-se necessario regulamentar o disposto no artigo 11.º da supracitada Convenção que foi modificado pelo acto addicional acima referido:

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os inventos, os desenhos ou modelos industriaes, e as marcas de fabrica ou de commercio, dos productos que figurarem nas exposições internacionaes, officiaes ou officialmente reconhecidas, organizadas no territorio de um dos paises que fazem parte da União para a Protecção da Propriedade Industrial, e que satisfizerem ás condições da legislação portugueza, gozarão em Portugal de uma protecção temporaria de seis meses.

Art. 2.º O prazo de prioridade para a apresentação em Portugal dos pedidos de patentes de invenção, dos depositos de desenhos ou modelos industriaes, ou dos registos de marcas de fabrica ou de commercio, que estiverem nas condições do artigo anterior, é de doze meses, contado da data da apresentação do respectivo pedido em qualquer dos paises da União, quando feito dentro do prazo a que se refere o mesmo artigo.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir como nelle se contém.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 11 de fevereiro de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Afonso Costa*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Bernardino Machado*—*Manuel de Brito Camacho*.

regulamento para o aproveitamento das substancias mineiras de 5 de julho de 1894, e em conformidade com o parecer do Conselho Superior de Obras Publicas e Minas, que seja concedida licença a *Lewis Charles Foster* para transmittir para a firma *Henry Burnay & C.ª*, de Lisboa, os direitos que tem ás minas de ferro da Defesa, na herdade da Defesa e da Sala, da herdade da Nogueirinha e da herdade da Serrinha, situadas na freguesia de S. Brissos, das Ferrarias, na herdade da Gamella, na freguesia de S. Matheus e do Carvalho, Casas Novas, Herdade do